

A PORTA DA CARIDADE

- Terceira pregação do Advento 2022 -

do cardeal Raniero Cantalamessa

Um Deus para amar ou um Deus que ama?

“Ó portas, levantai vossos frontões! Elevai-vos bem mais alto, antigas portas, a fim de que o Rei da glória possa entrar”. Em nosso intuito de abrir as portas a Cristo que vem, chegamos à porta mais interna do “castelo interior”, aquela da virtude teologal da caridade.

Mas o que significa abrir a Cristo a porta do amor? Significa, talvez, tomarmos nós a iniciativa de amar a Deus? Assim teriam respondido os filósofos pagãos, em base à concepção que tinham do amor de Deus. “Deus – dizia Aristóteles – move o mundo na medida em que é amado”[1]. Na medida em que é amado, note-se bem, não à medida em que ama! Esta visão filosófica foi completamente invertida no Novo Testamento:

Nisto está o amor: não fomos nós que amamos a Deus, mas foi ele que nos amou e enviou o seu Filho... Nós amamos porque ele nos amou primeiro (1Jo 4,10.19).

Henri de Lubac escreveu: “É preciso que o mundo saiba: a revelação do Amor revira tudo o que ele concebera sobre a divindade”[2]. Até hoje não terminamos (e jamais terminaremos) de tirar todas as consequências da revolução evangélica sobre Deus como amor. O Espírito Santo – ensina-nos Santo Irineu – rejuvenesce continuamente o tesouro da revelação, juntamente com o vaso que o contém, que é a tradição da Igreja. Com o seu auxílio, busquemos entender qual é, acerca da virtude teologal da caridade, a consequência a se descobrir e, sobretudo, a se viver.

Existem inúmeros tratados sobre o dever e sobre os graus do amor de Deus, em outras palavras, sobre o “Deus a se amar”, De diligendo Deo; não conheço tratados sobre Deus que ama! A Bíblia é, ela própria, um tratado sobre o Deus que ama; mas, apesar disso, quase sempre, quando se fala de “amor de Deus”, Deus é o objeto, não o sujeito da frase.

Agora, é bem verdade que amar a Deus com todas as forças é “o primeiro e maior mandamento”. Esta é, certamente, a primeira coisa na ordem dos mandamentos; mas a ordem dos mandamentos não é a primeira ordem, a que está no topo de tudo! Antes da ordem dos mandamentos, está a ordem da graça, isto é, do amor gratuito de Deus. O próprio mandamento se funda sobre o dom; o dever de amar a Deus se funda sobre os sermos amados por Deus: “Nós amamos porque ele nos amou primeiro”, recordou-nos há pouco o evangelista João. Esta é a novidade da fé cristã em relação a toda ética baseada no “dever”, ou no “imperativo categórico”. Jamais deveríamos perdê-lo de vista.

Nós cremos no amor de Deus

Abrir a Cristo a porta do amor significa, portanto, algo bem preciso: acolher o amor de Deus, crer no amor. “E nós conhecemos, e cremos no amor que Deus tem para conosco”, escreve João no mesmo contexto (1Jo 4,16). Natal é a manifestação – literalmente, a epifania – da bondade e do amor de Deus para o mundo: “Com efeito, a graça salvadora de Deus manifestou-se (epephane) a toda a humanidade”, escreve São Paulo. E ainda: “Se manifestou a bondade Deus, nosso Salvador, e o seu amor pela humanidade” (Tt 2,11;3,4).

A coisa mais importante a se fazer no Natal é receber com estupor o dom infinito do amor de Deus. Quando alguém recebe um presente, não é delicado apresentar imediatamente, com a outra mão, o próprio presente, talvez já preparado com antecedência. Dá-se, inevitavelmente, a impressão de querer imediatamente se desobrigar. Primeiro, é preciso honrar o presente que se recebe e o seu doador, com o estupor e a gratidão. Depois – quase se envergonhando e com pudor – pode-se apresentar o próprio presente, como se não fosse nada em relação ao que foi recebido (diante de Deus, o nosso presente é, de fato, menos que nada!).

O que devemos fazer, como primeira coisa no Natal, é crer no amor de Deus por nós. O ato de caridade tradicional, ao menos na recitação particular e pessoal, não deveria começar com as palavras: “Senhor Deus, amo-Te sobre todas as coisas”, mas “Senhor Deus, creio de todo o coração que Tu me amas”.

Parece algo fácil. Ao contrário, está entre as coisas mais difíceis no mundo. O homem é mais propenso a ser ativo do que passivo; a fazer, mais do que deixar que lhe façam. Inconscientemente, não queremos ser devedores, mas credores; queremos, sim, o amor de Deus, mas com prêmio, mais do que como dom. Assim, porém, realiza-se insensivelmente um deslocamento e uma inversão: em primeiro lugar, no topo de tudo, no lugar do dom, é colocado o dever; no lugar da graça, a lei; no lugar da fé, as obras.

“Cremos no amor!”: este é um grito para o qual é preciso reunir todas as forças e fazer-se violência. Eu chamo de “fé incrédula”: fé que não sabe se capacitar do que crê, mesmo que creia. Deus – o Eterno, o Ser, o Tudo – me ama e cuida de mim, pequeno nada perdido na imensidão do universo e da história! “O naufragar me é doce neste mar”, deveríamos exclamar com o poeta Leopardi[3].

É preciso que nos tornemos crianças para crer no amor. As crianças creem no amor, mas não em base a um raciocínio. Por instinto, por natureza. Nascem cheios de confiança no amor dos pais. Pedem aos pais as coisas de que necessitam, talvez mesmo batendo os pés, mas o pressuposto tácito não é que já ganharam; é que são filhos e um dia serão herdeiros de tudo. É sobretudo por este motivo que Jesus recomenda frequentemente para que nos tornemos como crianças para entrar no seu Reino.

Mas não é fácil nos tornarmos crianças. A experiência, as amarguras, as desilusões da vida nos tornam cautelosos, prudentes, às vezes, cínicos. Todos parecemos um pouco com Nicodemos. “Como pode alguém nascer – pensamos –, se já é velho?” (Jo 3,4). Como podemos renascer, voltar a nos entusiasmar, a nos maravilhar no Natal, como as crianças? Mas o que Jesus respondeu a Nicodemos? “Em verdade, em verdade, eu te digo: se alguém não nascer da água e do Espírito, não poderá entrar no Reino de Deus” (Jo 3,5).

Isto não é resultado de esforço e pretensão humanos, ou excitação do coração; é obra do Espírito Santo. Jesus não fala aqui apenas do batismo; pelo menos, não apenas do batismo de água. Trata-se de um renascimento e de um batismo “no Espírito”, ou “do alto” (Jo 3,3), que pode se renovar várias vezes no arco da vida. Foi isso que os apóstolos e os discípulos experimentaram em Pentecostes e que também nós deveríamos desejar conhecer, em certa medida, aquele “novo Pentecostes” que o Papa São João XXIII pediu a Deus para toda a Igreja ao anunciar o Concílio.

O essencial de Pentecostes está encerrado nestas palavras do versículo 4 do capítulo segundo dos Atos dos Apóstolos: “Todos ficaram repletos do Espírito Santo”. O que quer dizer esta breve frase que já ouvimos milhares de vezes? “Todos ficaram repletos do Espírito Santo”: certo: mas o que é o Espírito Santo? É o amor – diz a teologia – com que o Pai ama o Filho e com que o Filho ama o Pai. Mais livremente, dizemos: é a vida, a doçura, o fogo, a bem-aventurança que corre na Trindade, porque o amor é todas estas coisas juntas e em grau infinito.

Dizer, portanto, que “todos ficaram repletos do Espírito Santo” é como dizer que todos ficaram repletos do amor de Deus. Fizeram uma experiência arrebatadora de serem amados por Deus. Morrendo, Cristo destruiria o muro divisório do pecado e, agora, o amor de Deus podia finalmente ser derramado sobre os apóstolos e os discípulos, submerso-os em um oceano de paz e felicidade. Ao dizer que “o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado” (Rm 5,5), São Paulo não faz outra coisa senão descrever – de forma sintética, ao invés de narrativa – o evento de Pentecostes, atualizado, para cada um, no batismo.

O amor de Deus tem um aspecto objetivo, que chamamos de graça santificante, ou caridade infundida, mas comporta também um elemento subjetivo, uma repercussão existencial, assim como é na própria natureza do amor. Não se tratou, como somos levados a pensar, de algo puramente objetivo, ou ontológico, do qual o interessado não tem qualquer conhecimento. O dom do “coração

novo” não acontece sob anestesia total, como os transplantes normais de coração! Nós o vemos a partir da mudança improvisa que se realiza nele. Nada mais de temores, rivalidades, timidez; homens novos, prontos a se lançar pelas estradas do mundo e dar a vida por Cristo.

“O amor constrói”

O discurso sobre a virtude teologal do amor não se conclui, certamente, neste ponto. Seria um discurso incompleto, como uma prótase não seguida pela apódose. A prótase é: “Se Deus tanto nos amou...”; a apódose, ou a consequência, é: “também nós devemos amá-lo e nos amar entre nós”. Mas temos tantas ocasiões para falar sobre o exercício da caridade que, por uma vez, podemos deixar de lado o “dever” para nos ocupar apenas do “dom”. Limito-me apenas a algumas breves considerações sobre o efeito social e eclesial da virtude teologal da caridade.

Sobre ela, afirma-se que “constrói”: “o conhecimento enche de arrogância, mas o amor constrói” (1Cor 8,1). Constrói primeiramente o edifício de Deus, que é a Igreja. “Vivendo segundo a verdade, no amor, cresceremos sob todos os aspectos em relação a Cristo, que é a cabeça. É dele que o corpo recebe coesão e harmonia... e, assim, realiza o seu crescimento, construindo-se no amor” (Ef 4,15-16).

O amor é o que constitui a realidade invisível da Igreja, a *societas sanctorum*, ou comunhão dos santos, como a chama Agostinho. É a realidade do sacramento (*a res sacramenti*), o significado do sinal que é a Igreja visível. “O amor permanece”, afirma São Paolo (1Cor 13,13). É o único que permanece. Cessados as Escrituras, a fé, a esperança, os carismas, os ministérios e todo o resto, permanece o amor. Tudo desaparecerá, como quando se desmonta o andaime que serviu para construir um edifício e este aparece em todo o seu esplendor.

Por um certo tempo, na antiguidade, costumou-se designar com o simples termo de caridade, *ágape*, a realidade inteira da Igreja. Isto logo traz à mente o famoso ditado de Santo Inácio de Antioquia: “A Igreja de Roma é aquela que preside na caridade (*ágape*)”[4]. Esta frase é normalmente utilizada em função do primado de Roma e do Papa. Mas ela não afirma apenas o fato do primado (“preside”), mas também a sua natureza, ou o modo de exercê-lo (“na caridade”). É o que a Igreja de Roma tem feito em seus melhores momentos e que hoje certamente deseja fazer, tendo escolhido – também na nova Constituição *Praedicate Evangelium* – o diálogo fraternal, a sinodalidade e o serviço, como método de governo.

A caridade, contudo, não constrói apenas a sociedade espiritual que é a Igreja, mas também a sociedade civil. Na obra *A cidade de Deus*, Santo Agostinho explica que, na história, coexistem duas cidades: a cidade de Satanás, simbolizada pela Babilônia, e a cidade de Deus, simbolizada por Jerusalém. O que distingue as duas sociedades é o amor diverso com o qual se movem. A primeira tem por motivação o amor a si levado até o desprezo por Deus (amor *sui usque ad contemptum Dei*), a segunda tem por motivação o amor a Deus levado até desprezo de si (amor *Dei usque ad contemptum sui*)[5].

A oposição, neste caso, é entre o amor a Deus e o amor a si mesmo. Em outra obra, contudo, Santo Agostinho corrige em parte esta contraposição, ou ao menos a reequilibra. A verdadeira contraposição que caracteriza as duas cidades não é entre o amor a Deus e o amor a si. Estes dois amores, entendidos corretamente, podem – melhor, devem – existir juntos. Não, a verdadeira contraposição é aquela dentro do amor a si, e é a contradição entre o amor exclusivo por si – o amor *privatus*, como ele o chama –, e o amor pelo bem comum – o amor *socialis* [6]. É o amor privado – isto é, o egoísmo – que cria a cidade de Satanás, a Babilônia, e é o amor social que cria a cidade de Deus, onde reina a concórdia e a paz.

O sentimento social nasceu no solo irrigado pelo Evangelho, e é estranho que, em época moderna, tal conquista tenha sido usada como argumento para se jogar na face do cristianismo. Nos primeiros séculos e por toda a Idade Média, o meio por excelência, para agir no social e ir ao encontro dos pobres, era a esmola. Ela é um valor bíblico e conserva sempre a sua atualidade. Não pode mais,

contudo, ser proposto como o modo ordinário de praticar o amor social, ou o amor pelo bem comum, pois não salvaguarda a dignidade do pobre e o mantém em seu estado de dependência.

Compete aos políticos e aos economistas empreender processos estruturais que reduzam o escandaloso abismo entre um reduzido número de megarricos e o infinito número dos deserdados da terra. O meio ordinário para os cristãos é criar as premissas no coração do homem para que isto aconteça. Para quem está empenhado no social, trata-se de promover a chamada “Doutrina Social da Igreja”. Para os empreendedores cristãos, por exemplo, é criar postos de trabalho, como reafirmou o Santo Padre, no encontro de Assis de setembro passado, aos jovens economistas que se inspiram em seu ensinamento.

Só o amor pode nos salvar

Gostaria, antes de concluir, de acenar a um outro efeito benéfico da virtude teologal da caridade sobre a sociedade em que vivemos. A graça, reza um famoso axioma teológico, supõe a natureza, não a destrói, mas a aperfeiçoa[7]. Aplicado à terceira virtude teologal, isso significa que a caridade supõe a capacidade e a predisposição natural do ser humano a amar e ser amado. Esta capacidade pode nos salvar hoje de uma tendência em ato, que poderia, se não for corrigida, a uma verdadeira e própria “desumanização”.

Há alguns anos, participei de um debate público em Londres. A moderadora propunha uma série de perguntas a um certo número de teólogos, entre eles, um professor de teologia da universidade de Yale, um bispo e um teólogo anglicano e eu. A pergunta crucial era a seguinte. Após ter substituído as capacidades operativas do homem com robôs, a técnica já está a ponto de substituir também as suas capacidades mentais com a inteligência artificial. O que resta, portanto, de próprio e exclusivo ao ser humano? Ainda há motivo de considerá-lo à parte no universo? É ainda indispensável, ou não seria nocivo, por natureza?

Quando chegou a minha vez de responder, com o meu pobre e difícil inglês, acrescentei uma simples reflexão. Estão trabalhando, eu disse, em um computador que pensa: mas conseguimos imaginar um computador que ama, que se enterece pelas nossas penas e se alegra pelas nossas alegrias? Podemos conceber uma inteligência artificial: mas conseguimos conceber um amor artificial? Talvez seja justamente aqui que devamos colocar o específico do humano e o seu inalienável atributo. Para um crente bíblico, há uma razão que explica este fato: é que fomos criados à imagem de Deus, e “Deus é amor”! (1Jo 4,8).

Apesar de todos os nossos erros e más ações, nós, seres humanos, não somos – e jamais seremos – demais sobre a terra! Ao término das suas reflexões filosóficas sobre o perigo da técnica para o homem moderno, Martin Heidegger, quase jogando a toalha, exclamava: “Só um deus pode nos salvar!”[8]. Podemos parafrasear: só o amor pode nos salvar! Porém, o amor de Deus, certamente não o nosso.

“Nasceu para nós um pequenino”

Voltemos, então, os nossos pensamentos ao Natal, que está às portas. Com a vinda de Cristo, o grande rio da história chegou a uma “eclusa” e recomeça a partir de um nível mais alto. “O que era antigo passou; eis que tudo se fez novo” (2Cor 5,17). Está coberto o grande “desnível” que separava Deus do homem, o Criador da criatura. Não sem razão, daí em diante, a história humana se divide em “antes de Cristo” e “depois de Cristo”.

Existem figuras natalinas ingênuas, mas de profundo significado. Nelas, vê-se o Menino Jesus que, descalço, com neve aos seus pés e uma lâmpada na mão, de noite, esperando diante de uma porta após ter batido. Os pagãos imaginavam o amor como um garotinho, a quem chamavam de Eros. Tratava-se de uma representação simbólica, antes, de um verdadeiro e próprio ídolo. Nós sabemos que o amor realmente se tornou um menino; que ele já é uma realidade, um evento, antes, uma pessoa. “O amor do Pai se fez carne”, assim um autor do II século parafraseava o versículo de João 1,14[9]. O amor realmente se fez menino: o Menino Jesus.

“Eis que estou à porta e bato. Se alguém ouvir a minha voz e abrir a porta, eu entrarei em sua casa e tomarei a refeição com ele, e ele comigo” (Ap 3,20). Abrimos a porta do coração àquele Menino que bate. A coisa mais bonita que podemos fazer no Natal não é, eu dizia, nós oferecermos algo a Deus, mas acolher com estupor o dom do seu próprio Filho, que Deus Pai dá ao mundo.

Diz uma lenda que, entre os pastores que se dirigiram para encontrar o Menino na noite de Natal, havia um pastorzinho tão pobre, que não tinha nada para oferecer à Mãe, e ficava de lado, envergonhado. Todos disputavam para entregar a Maria o próprio presente. A Mãe não conseguia pegar todos, tendo que segurar o Menino Jesus nos braços. Então, vendo-o ali ao lado o pastorzinho com as mãos vazias, toma o Menino e o coloca em seus braços. Não ter nada foi a sua sorte. Façamos com que seja também a nossa!

Unamo-nos ao estupor e à alegria da liturgia que, no Natal, repete – como fato cumprido e não mais simples profecia – as palavras de Isaías (9,5):

*Pois nasceu para nós um pequenino,
um filho nos foi dado.
O principado está sobre seus ombros,
e seu nome será:
Maravilhoso Conselheiro, Deus Forte,
Pai para sempre, Príncipe da paz.*

Tradução de Fr. Ricardo Farias, ofmcap

[1] Cf. Aristóteles, Metafísica, XII,7,1072b.

[2] Cf. Henri de Lubac, Histoire et Esprit, Aubier, Paris 1950, cap. V.

[3] Cf. Giacomo Leopardi, L’infinito.

[4] Cf. Inácio de Antioquia, Carta aos Romanos, saudação inicial.

[5] Cf. Agostinho, De civitate Dei, 14,28.

[6] Cf. Agostinho, De Genesi ad litteram, 11, 15, 20 (PL 32, 582).

[7] Cf. Tomás de Aquino, S.Th. I, q. 2. a. 2 ad 1 (gratia [praesupponit] naturam”); I, q. 1, a. 8, ad 2 (gratia non tollit naturam, sed perficit).

[8] Cf. Martin Heidegger, Antwort. Martin Heidegger im Gespräch, Gesamtausgabe, vol. 16, Frankfurt 1975.

[9] Cf. Evangelium Veritatis, 23 (I Vangeli gnostici, a cura di L. Moraldi, Milano, Adelphi, 1984, p. 33).